

ARQUIVO E MEMÓRIA: UMA ANÁLISE DOS CONCEITOS DE ARQUIVO SEGUNDO MICHEL FOUCAULT E ROBERTO GONZALEZ ECHEVARRÍA

Ingridd Michelle Lopes Pereira*

Pedro Dolabela Chagas**

RESUMO:

O trabalho que ora se lhes apresenta visa a discutir a maneira como a questão da memória surge no estudo de dois diferentes conceitos de *arquivo*: o postulado por Michel Foucault em *A arqueologia do saber* e o conceito proposto pelo crítico literário Roberto González Echevarría em *Mito y archivo*. Não deixamos de considerar que os autores tratam do conceito a partir de lugares distintos e o intuito aqui não é relacionar conceitos díspares, mas observar de que maneira a questão do *arquivo* está ligada à da própria memória, o que se torna possível mesmo se observarmos essa relação a partir de diferentes perspectivas.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivo. Enunciado. Memória. Romance.

1. Introdução

O termo “arquivo” (do latim *archivum*, lugar onde se guardam documentos) tem sido compreendido em diversas acepções. Delineou-se, ao longo do tempo, uma maneira simplista de se pensar naquilo que seria um arquivo. Essa maneira se torna perceptível quando analisamos grande parte de suas definições, que privilegiam o aspecto físico, material e técnico. Em sentido lato, um arquivo pode ser tomado como um conjunto de

* Mestranda em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb).

** Professor do PPG em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – (Uesb). Doutor em Literatura Comparada pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2007), e em Estética e Filosofia da Arte pela UFMG (2010).

documentos – como papéis oficiais, impressos, manuscritos, cartas e/ou fotografias sobre determinado conteúdo.

O surgimento do arquivo está ligado ao próprio surgimento da escrita nas civilizações do Médio Oriente, há cerca de seis mil anos. Na Europa, foi sobretudo a partir da Idade Média que se organizaram os grandes arquivos nacionais. Em decorrência do grande número de documentos acumulados no passado e da produção cada vez maior de novos documentos, aperfeiçoou-se a Arquivologia¹, que consiste no conjunto de técnicas de organização e manipulação de arquivos. Conforme o Dicionário de Terminologia Arquivística (2004), o “arquivo é o conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, independente da natureza do suporte”.

Assim, o arquivo, de modo geral, pode ser compreendido como um grande instrumento de armazenamento e acesso a informações e, nesse sentido, está frequentemente ligado às questões de preservação da memória, na medida em que funciona como um depósito de dados e fatos. Como a problemática acerca do arquivo é constante em discussões contemporâneas ligadas à memória, este artigo visa a discutir dois diferentes conceitos de arquivo: o postulado por Michel Foucault, em *A arqueologia do saber*, e o conceito proposto pelo crítico literário Roberto González Echevarría, em *Mito y archivo*.

Não se pode deixar de considerar que os autores tratam do conceito *arquivo* a partir de lugares distintos e, naturalmente, o intuito aqui não é relacionar conceitos díspares, mas observar de que maneira a questão do *arquivo* está ligada à da própria memória – o que se torna possível mesmo se observarmos essa relação a partir de diferentes perspectivas.

2. Memória e arquivo

¹ Termo frequentemente utilizado como sinônimo de “Arquivística”, a ciência e disciplina que estuda as funções do arquivo e objetiva gerenciar todas as informações que possam ser registradas em documentos de arquivos.

Em sua obra *A memória, a história e o esquecimento*, Paul Ricoeur afirma que o momento do arquivo é o momento do ingresso na escrita da operação historiográfica. Para o autor, uma vez que pode ser lido e consultado, o arquivo apresenta-se “como um lugar físico que abriga o destino dessa espécie de rastro que cuidadosamente distinguimos do rastro cerebral e do rastro afetivo, a saber, o rastro documental” (2007, p. 177). Para Ricoeur, um documento de arquivo está aberto a qualquer leitor do mesmo modo que ocorre como qualquer dado escrito e não tem, portanto, um destinatário específico – ao contrário, por exemplo, do testemunho oral, que possui interlocutor preciso. Já que testemunhos orais só se tornam documentos depois de registrados, pode-se entender que a passagem da esfera oral para a escrita acaba por provocar o distanciamento do que comumente chamamos de testemunho. Dessa maneira, torna-se viável tratar da memória arquivada ou documentada.

Lançando mão da proposta de Pierre Nora, podemos pensar o arquivo como um “lugar de memória”. Para o autor, os lugares de memória vão do objeto material e concreto ao mais abstrato, simbólico e funcional; esses aspectos, concomitantemente, devem existir sempre. Nas palavras do historiador,

mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a um lembrete concentrado de lembrar. Os três aspectos coexistem sempre [...]. É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por pequeno número uma maioria que deles não participou (NORA, 1993, p. 21-22)

Assim, o arquivo pode ser considerado, sob a perspectiva de Nora, um lugar de memória e, como todos os outros elementos que podem ser tomados como um lugar de memória, deve possuir uma “vontade de memória”, deve ter em sua origem uma intenção memorialista que garanta a sua identidade, pois, sem essa vontade, esses arquivos seriam apenas lugares de história. Os lugares de memória, de acordo com Nora (1993), “nascem e vivem do sentimento que não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos” (p. 13).

Entende-se, então, que, ao lançar mão de um conceito mais restrito, podemos tratar do arquivo não simplesmente como um elemento físico e material. É nesse sentido que se pode analisar a questão da memória que surge a partir da ideia de “arquivo” presente nos postulados de autores como Michel Foucault e Roberto González Echevarría.

2.1. O conceito de *arquivo* em Foucault

Foucault postula, em sua *Arqueologia do saber*, alguns conceitos acerca da questão do campo de ação da análise arqueológica. É o caso dos conceitos de positividade, *a priori* históricos, e “arquivo”, sendo este último o que nos interessa aqui. Como coloca o teórico, é o *a priori* histórico que permite compreender os discursos na lei de seu devir efetivo, caracterizado pelo desencadeamento que não só utiliza e acolhe estruturas formais, mas também as exclui, esquece ou simplesmente desconhece. O *a priori* histórico faz ver a forma como se articula o domínio dos enunciados e é neste domínio enunciativo que se desenrolam, por sua vez, segundo regras específicas, práticas discursivas em cuja diversidade funcionam sistemas de enunciados que fazem com que alguns destes sistemas apareçam como acontecimentos e como coisas. São todos esses sistemas de enunciados – acontecimentos de um lado, coisas de outro, que Foucault chama de *arquivo*. (cf. FOUCAULT, 2007, p. 146).

Em um primeiro momento de *Arqueologia do saber*, o *arquivo* se apresenta como o elemento que designa o sistema de enunciabilidade do enunciado, ou que define o sistema

que rege seu aparecimento; designa a lei que rege as possibilidades e impossibilidades enunciativas e que faz com que o enunciado tome a forma de acontecimento singular². O *arquivo*, nesse contexto, é o que faz com que as coisas ditas mantenham-se, segundo regras específicas, no corpo enunciativo, cuja existência e materialidade se concretizam no acontecer. Posteriormente, o conceito de *arquivo* passa a designar também o sistema de funcionamento que possibilita a diferenciação de uma multiplicidade de existências discursivas e específica a duração de cada uma destas existências.

De acordo com Fonseca-Silva (2007), para Foucault, os discursos devem ser analisados como práticas especificadas no sistema geral do “arquivo”, conforme supracitado, segundo a definição daquilo que pode ser dito. O aparecimento dos enunciados seria a outra forma de ver a questão, exatamente o que faria com que todas as coisas ditas se agrupassem em figuras distintas, compondo-se umas às outras segundo suas inter-relações, mantendo-se agrupadas ou se desconectando de acordo com regularidades específicas. É preciso, ainda, levar em conta ainda aquilo que define o modo de atualidade do enunciado (cf. FOUCAULT, 1969, p. 149-150).

Para Fonseca-Silva (2007), por “arquivo”, Foucault entende o conjunto efetivo de discursos, o que, por sua vez, implica no conjunto de acontecimentos ocorridos e que estão em suspenso “nos limbos ou no purgatório da história”. Dessa maneira, o conjunto continua a funcionar, a se transformar ao longo da história, o que possibilita com isso o rompimento de outros discursos (cf. FOUCAULT, 1969).

Em resumo, pode-se dizer que o “arquivo” é o “conjunto de discursos efetivamente pronunciados” (FOUCAULT, 2005, p. 145). De acordo com a visão do teórico, então, o arquivo não é reflexo de uma realidade material ou institucional, não é um lugar de onde se extraem fatos de maneira referencial, antes, o arquivo participa de um processo através do qual se atualizam as configurações de enunciados. O arquivo é, para Foucault, “aquilo que pode ser enunciado, que pode ser dito”, não no sentido de

² Foucault compreende como acontecimento singular o agrupamento de coisas ditas em figuras distintas, composições diversas estabelecidas segundo uma multiplicidade de relações.

interdição, mas no sentido de ser possível surgirem determinados enunciados que se configuram como acontecimentos. Assim,

por mais banal que seja, por menos importante que o imaginemos em suas consequências, por mais facilmente esquecido que possa ser após sua aparição, por menos entendido ou mal decifrado que o suponhamos, um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (FOUCAULT, 2005, p. 31).

Uma das características da função enunciativa é sua relação com um campo associado de domínio de memória. Em outras palavras, o enunciado liga-se a uma série de enunciados que o precedem e aos quais se refere, atualizando-os, além de estar associado a enunciados que o sucedem. É através do domínio de memória que os enunciados sucedem-se, ordenam-se e se determinam na medida em que se afirmam ou se opõem.

Essa discussão torna-se relevante para este trabalho quando entendemos que, para Foucault, é justamente no *arquivo*, o agrupamento das figuras distintas do que “pode ser dito”, que encontramos o chamado *domínio de memória dos enunciados*. Assim, o “arquivo” continua associado às questões memorialísticas, mesmo quando não é referido no sentido lato – físico, material e técnico.

Em seguida, passaremos a observar o conceito de “arquivo” estabelecido por Echevarría para o romance latino-americano. Apesar de partir de pressupostos diferentes daqueles estabelecidos pela análise foucaultiana, já que os teóricos falam de lugares distintos, o crítico literário propõe um conceito de arquivo no qual o considera também um elemento imaterial.

2.2. O romance latino-americano do *arquivo*

A tentativa de explicar o nascimento do romance tem ocupado de maneira ampla a crítica literária, especialmente desde o fim do século XVIII. As inúmeras marcas de sua

origem têm sido situadas em lugares vários, como na épica, na ascensão da burguesia e no declínio da aristocracia, no surgimento do público leitor feminino ou mesmo no desenvolvimento do mercado de livros. Há duas grandes perspectivas nas quais, de modo geral, a teoria do romance se inscreve, sendo elas a formalista e a historicista. Os formalistas tomam o romance como resultado de uma síntese de propriedades formais de diferentes gêneros e subgêneros anteriores, ou mesmo como resultado de uma reação a esses gêneros. Os historicistas, por outro lado, situam o desenvolvimento do romance nas mudanças sociais, econômicas e políticas. Portanto, conforme a visão historicista, o romance teria surgido como resposta a alterações na organização social e noções filosóficas do sujeito.

Entende-se que o romance, enquanto objeto singular, acaba por desnudar sua própria construção ficcional ao produzir um tipo particular de construção do real. Para Echevarría, a característica mais persistente do romance é a de não pretender ser literatura. São sempre documentos extraídos de arquivos, são depoimentos dados a juízes, autobiografias, cartas, dentre outros, que apresentam como único denominador comum a sua qualidade mimética. Para Echevarría, portanto, o romance, ao não ter uma forma própria, geralmente assume a de um documento dado, àquele a que se foi dada a capacidade de veicular a verdade, em outra palavra, o poder. O seu objeto de estudo não é simplesmente o romance, mas, mais amplamente, a narrativa latino-americana, cujo tema principal sempre foi a peculiaridade diferenciadora da América latina como ente cultural, social e político.

Em *Mito y Archivo: una teoría de la narrativa latinoamericana* (2000), Echevarría explica que, a partir do século XIX, o romance, bem como as demais modalidades narrativas, precisou competir com os relatos verídicos, as obras que primeiro se adaptaram às ciências naturais e sociais. Tal fora a força da ciência que as narrativas mais importantes nem sequer se pretendiam romance, mas diferentes tipos de reportagem científica. Assim, a partir da segunda década do XIX, a narrativa assume a forma de um novo discurso hegemônico: a ciência e, mais especificamente, a mentalidade científica que se expressa na

linguagem dos viajantes que percorreram o continente e escreveram sobre ele. Nesse sentido, é como se a exploração científica trouxesse consigo um segundo descobrimento europeu e os viajantes fossem os novos cronistas.

O romance latino-americano, bem como aquela obra de forma literária nova que Watt observou ter surgido na Inglaterra, não evoluiu de forma independente ou linear a partir dos padrões literários anteriores. Sua origem é múltipla e mimetiza formas não-literárias. O núcleo evolutivo da tradição narrativa latino-americana está ligado à singularidade de uma entidade cultural definida a partir do discurso ocidental. Como ensina Echevarría, essa tradição parte da relação com três manifestações do discurso hegemônico do Ocidente: a lei no período colonial, os escritos científicos dos naturalistas que percorreram o continente no século XIX, e a Antropologia que fornece a versão dominante da cultura latino-americana no período moderno através de tantos escritos europeus, como do discurso do Estado em forma de institutos de folclore, museus e outras instituições similares.

Ao situar o romance *Os passos perdidos*, de Alejo Carpentier – em que o narrador-personagem se vê entre muitos textos inconclusos –, no quadro da narrativa latino-americana da segunda metade do século XX, Roberto González Echevarría pensa a ficção em questão como a ficção do “arquivo”, ou seja, são obras em que se agregam e analisam todas as modalidades narrativas historicamente predominantes na América Latina. Assim, surge a possibilidade de aplicação do conceito de romance do arquivo como ideia que reverbera a questão da memória, como se o “arquivo” em si se constituísse como a memória do romance enquanto gênero na América Latina.

O romance *Os passos perdidos* oferece a possibilidade de uma leitura crítica da tradição latino-americana, ele representa um marco decisivo na história da narrativa latino-americana: é o fundador da ficção do arquivo, pois, como dito, é capaz de incluir e analisar todas as modalidades narrativas importantes publicadas até o momento na América Latina, como uma espécie de memória ativa. Para Echevarría, o romance “se trata de un depósito de posibilidades narrativas, algunas obsoletas y otras que conducen

a García Márquez” (2000, p. 26). Assim como o narrador-protagonista de *Os passos perdidos* percebe que é incapaz de apagar seu passado para começar novamente o livro, ao buscar uma narrativa nova e original, deve conter todas as anteriores e, para se tornar “arquivo”, voltar à mais fundamental dessas modalidades.

Nesse sentido, de acordo com a proposta de Echevarría, o romance de Carpentier remonta aos primórdios da escrita em busca de um princípio vazio no qual se possa fazer uma inscrição inicial. No entanto, em vez de encontrá-lo, o que se encontra é uma variedade de princípios na origem, sendo o discurso da lei o mais poderoso deles. Dessa maneira, *Os passos perdidos* desmitifica a ideia de que no Novo Mundo pode se dar um novo começo, independente da história.

Quando utiliza o termo *arquivo*, Echevarría faz referência a um arquivo virtual da história do romance latino-americano em sua representação dos “mitos” de origem:

um arquivo de formas, de temas, de personagens e padrões explicativos, que teria passado a ser explorado pelos romancistas dos anos 60 e 70 – autores que, tendo deixado de se lançar à busca da identidade e passado a tematizar a própria identidade enquanto busca, tomavam como matéria romanesca o arquivo histórico de “mitos” que haviam funcionado, na história da literatura latino-americana, como explicação da origem. A este “arquivo” pertenciam todas as formas e estratégias historicamente adotadas para a construção literária da identidade, assim como os vários “mitos” de origem representados literariamente. (CHAGAS, 2011, p. 5)

Assim como em qualquer arquivo material, as referências ao passado poderiam ser, nesse arquivo, retiradas e utilizadas livremente pelo autor do romance contemporâneo, o que produziria efeitos de simultaneidade.

Sabe-se que a História Latino-americana sempre ofereceu a promessa de não apenas ser nova, mas diferente. Por outro lado, o romance, que, para Echevarría, parece ter surgido no século XVI, ao mesmo tempo que a própria História Latino-americana, é a única forma literária que, nesse sentido, pode ser chamada de moderna não somente

cronologicamente falando, mas porque tem permanecido durante séculos sem uma poética propriamente dita. Historicamente, pode-se dizer que o romance latino-americano buscou de maneira obcecada representar a origem histórica de suas nações para, então, compreender o presente de seus povos. A partir dos anos 60, as antigas explicações para o mito ressurgiram em forma de questionamentos. O romance latino-americano adquire, a partir daí, sob o *topos* do *arquivo*, uma espécie de consciência de si quando passa a ver como “mitos” o que anteriormente tomava como verdades acerca da origem.

O romance produzido na segunda metade do século XIX, conforme Echevarría, transforma a história da América Latina em um mito originário. De acordo com o autor:

el Archivo es un mito moderno. [...] El Archivo guarda, recoge, acumula y clasifica, como su contrapartida institucional. Monta tanto como la ley, como la ficción. Las ficciones se encuentran contenida en un recinto o receptáculo, en una prisión de relatos que es, al mismo tiempo, el origen de la novela (ano, p. 45).

A este “arquivo” pertenciam todas as formas e estratégias historicamente adotadas para a construção literária da identidade, bem como os vários “mitos” de origem representados literariamente.

Dessa maneira, as ficções do “arquivo” são textos nos quais se incluem e analisam discursos diversos, na sua própria textualidade, que contêm textos anteriores assimilados na reescrita e na citação. Trata-se de um depósito de possibilidades para narrar a América Latina, de um verdadeiro “arquivo”, já que, como explica o crítico cubano, esses romances retomam as funções dos discursos incorporados, atribuindo uma presença textual a essas entidades na figura do *arquivo*. Nota-se que uma das características desse tipo de ficção é exteriorizar os instrumentos que possibilitam sua narração, ou seja, explicitar os documentos, sejam eles historiográficos ou antropológicos, utilizados na construção ficcional desses textos.

A aproximação proposta entre o romance *Os passos perdidos*, de Alejo Carpentier e a moderna ficção latino-americana, conforme dito, deve-se ao fato de que, como defende Echevarría, ambos se caracterizam pela capacidade de funcionar como um depósito de relatos produzidos para narrar a América Latina. Da mesma forma que o narrador-personagem de *Os passos perdidos* percebe que não há como apagar o que foi feito no passado para, em seguida, começar um novo, o romance, ao buscar uma narrativa nova e original, passa a conter todas as anteriores, tornando-se, assim, uma espécie de “arquivo”.

À medida que algumas obras, como a de Alejo Carpentier, têm como traço peculiar a apresentação da identidade e da cultura latino-americana, o “arquivo” se configura, então, como componente central em sua produção. Propiciar o agrupamento de imagens a partir de regularidades específicas e conservar saberes para as gerações futuras são características do *arquivo*. Nesse sentido, o *arquivo* pode ser compreendido como a memória do romance em si, no entanto, não se pode compreender sua escrita como movimento de retrospectção e de ressignificação do passado, o que funcionaria, para Paul Ricoeur (2007), como ato de sepultamento e construção da memória. Ao contrário, o romance contemporâneo está no presente não mediante a reiteração, mas se atualiza sempre no presente, já que constrói, ficcionalmente, sentidos, temporalidades e lugares.

Destarte, entende-se que a ficção latino-americana produzida a partir da década de 1950 é uma ficção do *arquivo*, pois comporta a cultura e a identidade latino-americana e, por assim dizer, funciona como uma espécie de depósito de relatos produzidos para narrar a própria história da América Latina. Ao se inserir o estudo da questão memorialística neste processo de atualização da realidade pelo romance, levou-se em conta que a memória aparece aqui diferentemente do modo condicionado por padrões já consolidados. Isso porque, se realmente consideramos que o *arquivo* se configura como a própria memória das obras produzidas no período em questão, a memória se manifesta de maneira particular, visto que tomamos os romances como formas literárias singulares, que surgem em conjunto com a emergência da subjetividade moderna.

3. Considerações Finais

Desse modo, entende-se que um fértil campo de investigação suscita-se a partir do estudo do arquivo enquanto *memória*. Procuramos, então, através da proposta do filósofo Michel Foucault e do crítico literário Roberto Gonzalez Echevarría, demonstrar o modo como o *arquivo* imaterial e simbólico (e não apenas aquele arquivo físico que, funcionalmente, guarda relatos) está ligado à memória. Buscamos apresentar a proposta por meio de um recorte conceitual, já que o intuito aqui não foi dar conta de teorias, mas de um conceito apenas, que funciona em lugares distintos e parte de pressupostos teóricos diferentes.

ARCHIVE AND MEMORY: AN ANALYSIS OF THE CONCEPTS OF ARCHIVE ACCORDING TO MICHEL FOUCAULT AND ROBERTO GONZALEZ ECHEVARRIA

ABSTRACT: The work now being presented aims to discuss how the question of memory arises in the study of two different concepts of archive: the postulated by Michel Foucault in *The Archaeology of Knowledge* and the concept proposed by the literary critic Roberto González Echevarría in *Myth and Archive*. We still see that the authors address the concept from different sources and the intent here is not to relate different concepts, but to notice how the issue of archive is linked to memory itself, which becomes possible even if you look at this relationship from different perspectives.

KEYWORDS: Archive. Statement. Memory. Romance.

Referências

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf. Acesso em 04 de agosto de 2011.

CARPENTIER, Alejo. *Los pasos perdidos. Viaje a la semilla*. Santiago de Chile: Andrés Bello, 1997.

ECHEVARRÍA, Roberto González. *Mito y archivo. Una teoría de la narrativa latinoamericana*, 1. ed.. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

NORA, Pierre. *Entre história e memória: a problemática dos lugares*. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Mídia e lugares de memória discursiva. In: _____; POSSENTI, Sírio. *Mídia e Rede de Memória*. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. 7. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

WATT, Ian. *A ascensão do Romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Recebido em 30/09/2011.
Aprovado em 07/11/2011.